

A INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA NO GRUPO SOCIAL DA INFÂNCIA

Natália Fernandes Soares

Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho
Portugal

Resumo

Este texto pretende apresentar e discutir possibilidades metodológicas que vão ao encontro a uma das exigências que se coloca à Sociologia da Infância: dar voz às crianças na interpretação dos seus mundos sociais e culturais. Partindo do pressuposto de que as crianças são actores sociais competentes para a interpretação da realidade social em que se inserem, apresentamos então possibilidades metodológicas que baseadas num trabalho de parceria entre adultos e crianças encarem a participação das crianças como um dos pilares fundamentais de todo o processo. São assim apresentados alguns pressupostos teóricos que sustentam a importância de considerar a participação das crianças como um princípio fundamental no desenvolvimento de investigação com crianças. São também discutidos alguns passos básicos para a consideração de um roteiro ético na investigação com crianças. Finalmente são apresentadas algumas ferramentas metodológicas que, na nossa opinião, resgatam os princípios e aspectos éticos básicos num processo de investigação com crianças, no sentido de as valorizar e respeitar enquanto parceiros de investigação, em suma, de as valorizar enquanto cidadãos.

Palavras chave: infância, direitos, participação e ética.

Abstract

This text aims to present and discuss methodological possibilities which meet one of the requirements that is set to the Sociology of Childhood: giving voice to children in the interpretation of their social and cultural worlds. Starting with the presupposition that children are able social actors in the interpretation of the social reality in which they are inserted, thus we present methodological possibilities – based in pair work between adults and children - which consider children's participation as one of the fundamental pillars of all the process. Thus we present some theoretical presuppositions which sustain the importance of considering the children participation as a fundamental principle in the development of children investigation. We also discuss some basic steps in the consideration of an ethical route in the children investigation. Finally, we present some methodological tools which, in our opinion, recuperate the principles and basic ethical aspects in a children investigation process, in the sense of valuing and respecting them as partners in the investigation, in short, valuing them as citizens.

Key-words: childhood, rights, participation and ethics

A investigação com crianças tem registado nos últimos anos significativos investimentos, que decorrem de um movimento de reconceptualização da infância que se iniciou na década de 80 com alguns sociólogos da infância, Ambert (1986) Jenks (1992); James e Prout (1990); Qvortrup (1995), os quais defendiam entre outros aspectos, a necessidade de considerar as crianças como actores sociais e a infância como grupo social com direitos, sublinhando também a indispensabilidade de considerar novas formas de investigação com crianças.

A consideração de novas formas de desenvolver investigação, pretende essencialmente resgatar a voz e acção das crianças, as quais tinham ficado invisíveis nas investigações que sobre elas tinham vindo a ser desenvolvidas ao longo de todo o século XX. Apesar de haver uma tradição de investigação sobre as crianças, esta era uma tradição, que na nossa opinião enviesava o conhecimento acerca da infância, uma vez que se considerava que ao estudar a escola ou a família, principais contextos de socialização da criança, se estava a estudar a criança, aparecendo, no entanto, esta no seu papel de aluna ou filha, mas sem ser considerada enquanto objecto de investigação por si só, sendo que os argumentos utilizados para tal recaíam sistematicamente na invocação das suas incompetências psicologicamente aferidas, de racionalidade ou maturação.

Christensen e Prout (2002), ajudam-nos a compreender esta questão, através da identificação de quatro perspectivas, acerca da visibilidade da criança na investigação:

- As crianças como objectos;
- As crianças como sujeitos;
- As crianças como actores sociais (Christensen e James, 2000);
- As crianças como participantes (Alderson, 2000)

As duas primeiras perspectivas englobam grande parte da investigação social tradicional, e caracterizam-se essencialmente por negligenciar a imagem da criança como actor social de direito próprio, realçando essencialmente a sua dependência e incompetência, sendo as suas vidas analisadas a partir do olhar adulto com designs metodológicos que são essencialmente paternalistas de forma a salvaguardar aquilo que estes investigadores consideram ser as incompetências das crianças.

As duas últimas perspectivas, realçam novas formas de entendimento das crianças e da sua posição dentro das ciências sociais, considerando-as como actores sociais, com voz e acção, integradas nos processos de investigação onde participam em parceria, mais ou menos consolidada, com os adultos.

Tem sido a sociologia da infância a sustentar este enfoque, que privilegia um espaço social e científico para o grupo social da infância, abrindo assim caminho para o desenvolvimento de novas formas de desenvolver investigação com as crianças e para a construção de conhecimento efectivo acerca das mesmas.

Neste artigo apresentamos alguns contributos que decorrem da consideração da criança como participante (Alderson, 1995), alicerçando-se a reflexão na questão da participação

infantil e nas possibilidades metodológicas de rentabilizar a participação das crianças na construção do conhecimento acerca dos seus mundos sociais e culturais.

1. A Participação Infantil

A participação infantil, resgatada para os discursos científicos e políticos que são produzidos acerca da infância através da sociologia da infância, é um aspecto central para a definição de um estatuto social da infância, no qual a sua voz e acção são aspectos indispensáveis.

Nesta reflexão, pretendemos acentuar uma conceptualização de participação infantil, que recupere os interesses, necessidades e direitos da criança, que seja o testemunho do seu protagonismo e intervenção político-social, a qual está, concordando com Bellamy (2003: 3), estritamente ligada ao facto de “... a infância como construção social ter emergido de sociedades e valores em mudança. E as crianças como grupo gradualmente surgirem como indivíduos com direitos e actores sociais”.

É este novo paradigma da infância que tem sido o alicerce indispensável para a emergência da participação infantil como uma questão social, política e científica. Ou seja, nesta 2ª modernidade, pensar nas crianças, pensar na infância, é pensar também num grupo social, com um conjunto de direitos reconhecidos no campo dos princípios, apesar da sua escassa aplicabilidade nos quotidianos de muitas crianças¹, para as quais o desenvolvimento de esforços, que assegurem a sua participação é essencial, uma vez que a participação infantil é uma ferramenta indiscutível para fugir ou lutar contra ciclos de exclusão. Na última Cimeira Mundial da Infância, em 2002, solidificou-se a ideia da indispensabilidade da participação infantil, ao, entre outros aspectos, se considerar na sua Sessão de Encerramento que é necessário “...mudar o mundo, não só pelas crianças, mas acima de tudo com a sua participação”.²

As sinergias entre investigação e intervenção social participativa com as crianças, podem rever-se antes de mais na produção bibliográfica que tem vindo a ser desenvolvida neste âmbito: desde os contributos para uma informação ética dos princípios presentes nos processos de investigação com crianças, onde a participação se assume como um dos princípios mais determinantes (Alderson, 1995, 2004; Boyden e Ennew, 1997; Crowley, 1998, Flekkoy e Kaufman, 1997, Prout, 2000, Shier, 1996, Smith, 2002, Verhellen, 1996, 1997); aos contributos acerca da elucidação de pressupostos para a efectivação da participação Lansdown, 1994, 2001; e ainda acerca documentação de práticas participativas com Willow, 1997, Adams e Ingham, 1998, Treseder, 1997, Miller, 1997, Hart, 1992, Shier, 2002, a conceptualização acerca da investigação sobre e através da participação das crianças tem adquirido um relevo indesmentível no campo da infância.

Se considerarmos, tal como refere Sen (1999:3), que a participação em si própria é desenvolvimento, na medida em que “...desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais das pessoas”, então todos aqueles que advogam uma cidadania activa da infância, terão de considerar a organização de políticas e práticas participativas, em que as

crianças sejam consideradas indivíduos activos e intervenientes, quer na sua planificação, quer na sua aplicação. Residem nesta dimensão, na forma como os adultos encaram a participação das crianças, em grande medida, os entraves ou incentivos do processo, uma vez que a definição das arenas de acção em que as crianças podem participar, está estritamente ligada a questões de poder, que tradicionalmente tem ficado retido nas mãos dos adultos, que desta forma inviabilizam uma maior visibilidade social e política das crianças na sociedade. As dificuldades na partilha deste poder, decorrem, em muito, do facto de a sociedade adulta considerar que participação infantil é sinónimo de diminuição do poder e tutela dos adultos sobre as crianças. Decorrem também do facto de essa mesma sociedade adulta continuar a defender uma perspectiva da criança, como dependente da protecção do adulto e incapaz de assumir responsabilidades.

A participação infantil é para o Comité dos Direitos da Criança um princípio fundamental para assegurar o cumprimento dos direitos que as crianças possuem, ou tal como Crowley (1998:9) refere “..não é somente um meio para chegar a um fim, nem tão pouco um processo: é um direito civil e político básico para todas as crianças e é portanto um fim em si mesmo”. Para além do mais assistimos neste momento a mudanças significativas do próprio conceito, que de acordo com alguns dos teóricos que o têm vindo a trabalhar, Landsdown (1994), Hart (1992), teve uma evolução francamente positiva entre as duas Cimeiras Mundiais sobre a infância³, a última das quais registou a maior participação de sempre de crianças e jovens, que nela participaram e apresentaram as suas ideias e propostas.

Concordando com Landsdown (2001:2), quando refere que “...tal como no caso dos adultos, a participação democrática não é um fim em si mesma. É essencialmente o meio através do qual se consegue atingir a justiça e se denunciam os abusos de poder (...), ou seja, é um direito processual que permite à criança enfrentar os abusos e negligências dos seus direitos fundamentais e agir no sentido de promover e proteger tais direitos”, relançamos a reflexão acerca das dinâmicas que estão presentes quer na conceptualização, quer na operacionalização da participação nos quotidianos infantis.

A propósito, Tomás e Soares (2004), ao defenderem a ideia de cosmopolitismo infantil⁴, consideram que este, na sua vertente praxeológica, implica a construção de espaços e práticas sociais que promovam a participação infantil, mesmo considerando os constrangimentos da institucionalização, que condicionam a organização dos quotidianos infantis. A consideração de tais constrangimentos passa pela indispensabilidade de combater a massificação do atendimento à infância, a imagem da criança-utente, para desta forma recuperar uma outra imagem, da criança-cidadã, o que implica que se repensem conceitos e imagens que influenciam a formação dos profissionais que com elas partilham os contextos institucionais, educativos ou sociais.

Atendendo a que “a participação não é uma campanha política que coloca as crianças em 1º lugar, tal como propõem os teóricos da libertação, mas sim um processo de construção de uma sociedade inclusiva para os cidadãos mais novos.” (Milne, 1996: 41), considerar a participação das crianças na investigação, é mais um passo para a construção de um espaço de cidadania da infância, um espaço onde a criança está presente ou faz parte

da mesma, mas para além do mais, um espaço onde a sua acção é tida em conta e é indispensável para o desenvolvimento da investigação.

Considerar a participação das crianças na investigação, através de uma investigação participativa, permite considerar formas colaborativas de construção do conhecimento nas ciências sociais, que se articulam com modos de produção do saber empenhadas na transformação social e na extensão dos seus direitos sociais.

2. A Investigação Participativa

A investigação participativa inscreve-se dentro do paradigma participativo (Heron, 1996), o qual considera a investigação como uma realidade participada.

A investigação é, de acordo com Heron (1996), um processo de participação social, no qual é fundamental considerar um equilíbrio mutuamente possível, de autonomia, cooperação e hierarquia com e entre as pessoas, sendo a tomada de decisão partilhada entre todos os parceiros do processo de investigação.

Epistemologicamente, defende uma relação participada entre investigador e investigado, onde, o investigado é também um investigador, estabelecendo-se entre os dois, uma relação interactiva e aberta à mudança.

Metodologicamente, a investigação é considerada como um espaço intersubjectivo, para onde confluem múltiplas formas práticas, conceptuais, imaginárias e empáticas de conhecimento, através de processos partilhados de produção de conhecimento, entre investigadores e investigados.

É também, um processo de investigação densamente trespassado de significados e valores, em todas as etapas do seu percurso, o que se apresenta como um desafio complexo na investigação com crianças, na medida em que, os significados e valores que estão aí presentes, terão sempre uma dupla interpretação: a dos adultos e a das crianças.

A investigação participativa inspira-se nos contributos das Participatory Rural Appraisal, as quais ilustram uma metodologia ou filosofia de trabalho onde se acentua o carácter qualitativo e interpretativo do trabalho desenvolvido com comunidades, cujos níveis de literacia, fracas competências linguísticas e de relacionamento com o poder, apelavam à utilização de técnicas mais vividas, mais gráficas e mais concretas, de forma a reaver as suas representações e a sua participação.

Alguns sociólogos da infância, reapropriaram a utilização destas técnicas participativas no trabalho com crianças, por considerarem que as mesmas permitiriam uma revalorização de competências das crianças, que até então tinham ficado esquecidas pela investigação tradicional, apelando à valorização das variadas formas de expressão infantil, aos interesses e competências das crianças, com uma efectiva implicação destas no processo de investigação. Resultou desta imersão ao domínio das Participatory Rural Appraisal, a emergência de uma nova forma de entender a investigação com crianças, na qual depois de se ultrapassar a ideia de que “a única dificuldade para a participação das crianças é a invisibilidade e que um estatuto mais elevado permitiria ouvi-las e dar resposta às suas

necessidades.” (Johnson e Smith, 1998:6), se pensa já na co-construção de ferramentas e processos metodológicos que tornem a presença das crianças na agenda de investigação, uma presença genuína e efectiva: não há na investigação participativa espaço para a construção de pseudo-formas de participação, que mais não são do que mera decoração ou manipulação das crianças, ou como diria Roger Hart (1992), um dos teóricos da participação infantil, para abordagens tokenistas⁵. A investigação com crianças, para ser genuína e efectiva terá que se organizar de forma a permitir que as crianças tenham oportunidade de serem actores no processo de investigação, aspecto que está mais dependente das competências dos adultos, relativamente à organização de estratégias de investigação que permitam tal, do que das competências das próprias crianças.

A investigação participativa, confronta-se, no entanto com algumas dificuldades epistemológicas, decorrentes quer da alteridade da infância, quer da diversidade que compõe as suas condições de existência.

Considerar a alteridade da infância, implica considerar o conjunto de aspectos que a distinguem do outro adulto, implica portanto considerar o reconhecimento das culturas da infância como modo específico, geracionalmente construído, de interpretação e de representação do mundo. O contributo das metodologias participativas neste âmbito tenta desenvolver um trabalho de tradução e desocultação das vozes das crianças, que permaneceram ocultas nos métodos tradicionais de investigação, através de argumentos geracionais etnocêntricos, onde a incompetência e incapacidade das crianças, era invocada com o argumento de protecção contra a sua própria irracionalidade e incompetência: este é o discurso do adulto protector do bem-estar e do desenvolvimento das criancinhas. O discurso que se recupera com as metodologias participativas é um discurso diferente: é o discurso da criança-parceira no trabalho interpretativo que o sociólogo da infância vai desenvolvendo com ela, mobilizando para tal um discurso polifónico e cromático, onde se assume como indispensável a presença da voz e acção da criança em todo o processo: o desafio que as metodologias participativas colocam aos sociólogos da infância é duplo: é por um lado, um desafio à imaginação metodológica, à sua criatividade, para a definição de ferramentas metodológicas polifónicas e cromáticas; por outro lado, é também um desafio à redefinição da sua identidade enquanto investigadores, que têm de se descentrar do tradicional papel de gestor de todo o processo, para encarnar o papel de parceiro que fará a gestão da sua intervenção com a consideração da voz e acção dos outros intervenientes – as crianças.

3. A ética na investigação com crianças

As considerações de natureza ética aplicadas à investigação com crianças são uma preocupação científica recente e decorrem essencialmente das renovadas responsabilidades e dilemas com que são confrontados os investigadores interessados em compreender os mundos sociais e culturais das crianças, com estas. Os princípios éticos que influenciaram o desenvolvimento de investigação acerca das crianças, eram, de acordo com Alderson

(1995), elitistas, adultocêntricos e descontextualizados, não se podendo portanto, falar numa ética de investigação com crianças, uma vez que a participação destas nem sequer era considerada. Portanto, apesar de se ter conseguido ampliar o âmbito da ética a campos heterogéneos, como a filosofia, a psicologia, o direito, o facto é que tais campos continuam a manter velhas formas de pensar e entender a infância. Os filósofos continuam a utilizar uma ideia altamente racional de autonomia, sendo as crianças vistas como pessoas em potencial, necessitando, por tal, de protecção até atingirem a racionalidade. Continuaram assim, prisioneiros das tradições desenvolvimentistas dos psicólogos, fundamentalmente dos modelos piagetianos dos anos 20, que continuam a fornecer modelos de evolução das crianças, rígidos e descontextualizados e evidenciando, essencialmente, as incompetências das crianças. Estes modelos continuam também a ser acolhidos com bastante regozijo, pelas conservadoras perspectivas legais, essencialmente protectoras, e defensoras de um modelo onde se acautelam os direitos dos adultos sobre crianças dependentes e sem voz.

Há no entanto, um campo científico, o campo da investigação médica, com uma significativa tradição na ética de investigação com crianças (Alderson, 2004), contributos que nunca foram considerados, nem valorizados na investigação social (Cf. Butler, 2002; Christensen e James, 2002; James, 2002).

O movimento crítico que se começou a desenvolver mais recentemente,⁶ envolveu o questionamento e a revisão de conceitos de infância, autonomia, maturidade, da parte dos investigadores, preocupados em desenvolver investigação com crianças, que seja pautada por um equilíbrio entre respeito, autonomia e protecção, onde a ética de investigação com as crianças seja fundamentalmente informada pela concepção das crianças como um grupo social com direitos.

Na investigação tradicional, a criança era considerada isoladamente, sem se atender aos aspectos estruturais que influenciavam as suas condições de vida, resultando deste facto efeitos inevitáveis, quer nos métodos de investigação, os quais desenvolviam instrumentos herméticos, adulto-sofisticados e passíveis de serem aplicados em larga escala, o que impedia qualquer tentativa de explicar a investigação à criança e, muito menos, de a envolver na tomada de decisão e de lhes dar voz; quer ainda, na teoria construída a partir dessa mesma investigação, pois ao se basear em conclusões adulto-centradas e dirigidas, omitindo princípios éticos fundamentais, como por exemplo o consentimento informado, seria sempre uma teoria condicionada e limitada às interpretações adultas dos mundos infantis.

Com o desenvolvimento de outras possibilidades de encarar as crianças como actores sociais, como parceiros da investigação, novos aspectos éticos se levantam, sendo o investigador confrontado com novas responsabilidades e também novos desafios éticos (Christensen e Prout, 2002). A propósito estes autores consideram que o entendimento da criança como actor social ou como participante poderá ser melhor interpretado se considerarmos uma simetria ética entre adultos e crianças. Tal significa que o investigador deve ter uma atitude de equidade no desenvolvimento de qualquer processo de investigação, o qual deverá ser aberto, de forma a integrar todos os aspectos que vão diferenciando os diferentes actores que nele participam, sejam eles crianças, ou adultos.

Todas as ideias pré-concebidas acerca da implicação da criança nestes processos não têm portanto espaço, uma vez que decorrem essencialmente das suas experiências e competências sociais, das suas vontades e expectativas, decorrem no fundo da complexidade e intersubjectividade que encerra cada um destes actores sociais.

Considerar as crianças como actores ou parceiros de investigação e a infância como objecto de investigação por seu próprio direito, encarar e respeitar as crianças como pessoas e abandonar as concepções conservadoras e ancestrais de exercício do poder e tutela do adulto sobre a criança, para que lhe seja restituída a voz e a visibilidade enquanto actores sociais, são atitudes essenciais na construção de uma ética de investigação com crianças, que é afinal mais um processo de construção da cidadania da infância.

Mas, tal como nos singelos momentos do quotidiano das crianças, das suas relações com os adultos, onde facilmente se esquece o quão intrusos estes são nos mundos das crianças, também na investigação, os adultos continuam a ser, em larga medida, os detentores do conhecimento, os definidores das regras e os doadores de permissão.

A questão do poder, a disparidade de poder entre adultos e crianças é, para os investigadores sociais da infância, um dos maiores desafios éticos na investigação. Considerar as questões epistemológicas e metodológicas que ajudam a explicar a alteridade das crianças, permite informar as estratégias e dinâmicas desenvolvidas para esse efeito, assumindo-se esta como uma das etapas indispensáveis num processo de investigação, concordando com Morrow e Richards (1996:98), quando se referem à necessidade de "... aliviar o poder entre crianças participantes e investigadores adultos, no sentido de permitir que as crianças possam participar à sua medida".

Partilhamos a posição de Thomas e O'Kane (1998), quando referem que a validade e a qualidade ética de uma investigação com crianças, será tão mais sucedida quanto maior for o controle da criança sobre o processo de investigação e dos seus métodos.

A ética na investigação com crianças necessita considerar a alteridade e diversidade que definem a infância enquanto grupo social, com especificidades que o distinguem de outros grupos, as quais exigem por isso mesmo, considerações éticas diferenciadas e com singularidades que dentro de uma mesma categoria social (a infância), encerram infindáveis realidades, dependentes de aspectos como a idade, o género, a experiência, o contexto sócio económico, as quais dão origem a múltiplas formas de estar, sentir e agir das crianças e, por isso mesmo, exigem a consideração de cuidados éticos singulares, decorrentes da consideração da diversidade que encerram.

Alderson (1995), considera que nas questões éticas de investigação com crianças deve considerar-se uma trilogia entre direitos, deveres e danos/benefícios, devendo o trabalho do investigador social orientar-se pela observância destes três pilares fundamentais:

No pilar dos deveres, a questão fundamental é uma questão deontológica, ou seja, o questionamento da equidade e da adequabilidade dos objectivos e dos métodos utilizados na investigação.

No pilar dos direitos, acautela-se a não interferência ou intrusão do investigador, acautelando também a liberdade e vontade de participação da criança na investigação.

No pilar dos danos/benefícios, pretende-se reduzir ou prevenir os danos e aumentar a

possibilidade de usufruir de benefícios a partir da investigação.

Grave e Walsh (1998), recuperam de alguma forma o último aspecto desta trilogia, quando referem que o comportamento do investigador social junto da infância, deverá ser um comportamento responsável, que considere e minimize os danos, que possam decorrer ou ser despoletadas durante o processo da investigação, nomeadamente possíveis situações de risco em que as crianças estejam envolvidas e que exigem uma intervenção dos adultos de forma a não causar danos graves, isto apesar de em muitas investigações a atitude do investigador ser a de um observador sem participação.

Construir um roteiro ético de investigação com crianças, para além de ter sempre presente os já discutidos conceitos da alteridade e diversidade da infância, implica a consideração de princípios básicos em cada momento da investigação: na definição do seu âmbito e objectivos; na definição e utilização dos instrumentos metodológicos para recolha da informação e na construção e divulgação do conhecimento resultante da investigação. Concordamos com Boyden e Ennew (1997), na defesa de uma postura crítica de contínua reflexão e redefinição de tais princípios, uma vez que é essencial encarar o processo de investigação como um processo contínuo, em construção, com singularidades múltiplas, decorrentes da idade das crianças, do seu grau de competência e experiência, do seu contexto sócio-cultural e ainda da questão do género, que necessariamente influenciam cada processo em singular.

Os primeiros passos do roteiro ético implicam a consideração criteriosa, logo à partida, da definição do âmbito e objectivos da investigação (Alderson, 1995; 2004), ou seja, considerar se o referido projecto pretende traduzir-se em conhecimento válido acerca dos quotidianos, experiências, sentimentos e competências dos seus informantes e parceiros no processo, as crianças. De outra forma, começa a ser difícil sustentar o processo como sendo um processo eticamente informado, uma vez que facilmente se poderá considerar a utilização ou manipulação das crianças em investigações que são unicamente do interesse do adulto.

Ainda prévio à participação das crianças na investigação, importa considerar mais alguns princípios éticos.

Considerar os custos que a investigação possa acarretar para as crianças (idem), implica repensar o design da investigação, as estratégias e ferramentas metodológicas e as possíveis consequências que estas poderão ter, nomeadamente em termos de tempo, de medo, de coerção ou ansiedade. O investigador social deverá ser sensível e atento relativamente à vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos na investigação e no caso de investigação com crianças tal percepção deverá estar ainda mais presente devido às relações de poder que inevitavelmente se apresentam. O investigador, adulto, deverá desenvolver processos de investigação que assegurem que as crianças não sofram prejuízos devido à sua participação na investigação. Muitos investigadores defendem que o poder dos adultos no processo de investigação, poderá ser reduzido se forem empregues técnicas que permitam à criança sentir que faz parte de tal processo. Mauthner (1997) refere a propósito que será através de um processo de reflexividade, responsabilidade e pesquisa de objectivos e métodos que permitam à criança definir a sua agenda e falar acerca das suas vidas e

perspectivas que se conseguirá minimizar a hierarquia e as relações de poder entre adultos e crianças. Por outro lado, considerar os benefícios implica ressaltar o processo de investigação como um processo positivo, no qual a criança participe, se sinta integrada e activa no mesmo.

Ainda nesta fase, assume-se como princípio ético indispensável, a consideração e respeito pela privacidade e confidencialidade das crianças envolvidas (Alderson, 1995; 2004). Este aspecto, para além de salvaguardar a identidade e identificação pública da criança, pretende também salvaguardar aspectos singulares da relação com o adulto-investigador, nomeadamente, a consideração da presença ou ausência, ou mesmo o conhecimento que os pais ou responsáveis legais da criança têm do processo de investigação, ou pelo menos dos dados que resultam das vozes das crianças. Um outro aspecto, ainda decorrente da salvaguarda da confidencialidade, tem a ver com as decisões do investigador-adulto, relativamente à forma como lida com episódios paralelos à investigação, nomeadamente, com confidências que as crianças possam fazer ao investigador, as quais poderão ser reveladoras de situações de risco para as crianças confidentes ou outras. Será que o investigador deve divulgar as confidências das crianças? Deverá discutir estas possibilidades com as crianças em questão? (Alderson, 2004: 81). Grave e Walsh (1998) ao considerarem que por vezes as crianças fazem declarações ou têm comportamentos espontâneos, que dizem ao investigador coisas que ele não quer ouvir, ou fazem coisas que ele não quer ver, o que deve ser encarado de forma a respeitar a unidade que enforma a investigação, nas suas vertentes teórica, metodológica e interpessoal. Passa ainda, pela identidade da própria investigação, ou seja, sendo o desenvolvimento da investigação, uma actividade altamente estruturada e auto-consciente, os comportamentos éticos concretizam-se quando, nesse processo, somos honestos para com nós próprios e para com os outros. Não é errado desenvolver investigação no nosso próprio interesse, desde que respeitemos os interesses da outra parte e o processo não tenha efeitos perversos e traga algumas vantagens para a mesma.

Ainda prévio à implicação da criança no processo de investigação, importa considerar a forma como essas mesmas crianças serão seleccionadas para integrar a equipa de investigação. A inclusão ou exclusão das crianças na investigação (Alderson, 1995; 2004), deverão ser eticamente informadas, salvaguardando possíveis discriminações baseadas em critérios de competências, étnicos ou de estatuto social. Para além do mais, a referida selecção deverá decorrer também da implicação das crianças, pois por vezes, os critérios adultos, apesar de eticamente estarem bem intencionados, são completamente desmontados com as diversas ordens sociais que caracterizam o grupo social da infância, para o qual tais lógicas são ultrapassadas pelas lógicas que regulam os quotidianos concretos e singulares dos grupos de crianças com quem se desenvolve o trabalho de investigação.

Uma das fases neste roteiro ético de investigação com crianças, mais significativo na investigação participativa, é sem dúvida o consentimento informado das crianças⁷ – o desenvolvimento de investigação com crianças deve respeitar as crianças, fornecer-lhes informação para que elas possam compreender o que é a investigação; passa ainda pelo indispensabilidade de a criança compreender que a sua participação é voluntária e que tem

toda a liberdade para recusar participar em tal processo, ou então desistir a qualquer momento; significa finalmente, discutir com as crianças quais as técnicas de pesquisa que ela considera mais adequadas, ou com aquelas que se sente mais confortável. Para Alderson (1995) o direito ao consentimento tem impacto em todos os outros direitos e a competência das crianças poderem dar o seu consentimento depende em grande parte da possibilidade que tiverem em falar e fazer-se ouvir relativamente em todo o processo. Logo, o consentimento informado das crianças na investigação social, como pressuposto ético fundamental, está estritamente ligado ao direito de participação das mesmas.

O desenvolvimento de investigação social participativa com crianças, que seja eticamente informada, é portanto uma mais valia para que o debate colectivo acerca dos mundos sociais e culturais da infância, seja um debate que de forma rigorosa e objectiva implique os diferentes parceiros, adultos e crianças, na construção de conhecimento válido acerca da infância.

4. Ferramentas metodológicas na investigação participativa com crianças

Após a consideração dos aspectos teórico-metodológicos e éticos na investigação com crianças, aspectos que apesar de permanentes na construção do percurso de investigação, são também prévios, no sentido de permitir que tais percursos, sejam válidos e rigorosos, apresentamos agora algumas possibilidades de organização e construção de ferramentas metodológicas passíveis de serem utilizadas na investigação participativa com crianças.

Consideramos, antes de mais, que a sua definição não deverá ser feita aleatoriamente, mas sim, de acordo com o grau de implicação e comprometimento das crianças na investigação. Soares (2004), dá-nos alguns contributos no sentido de entender o grau de participação das crianças na investigação. Numa investigação, levada a cabo acerca das representações sociais que as crianças em diferentes contextos de vida possuem, da sua imagem de sujeitos de direitos, com voz e acção nos seus quotidianos, a autora, baseando-se na teorização que tem sido feita acerca da participação das crianças (Hart (1992), Shier (2001), identificou três possíveis patamares de participação das crianças na investigação:

- O patamar da **mobilização**, identifica um processo iniciado pelo adulto, em que a criança é convidada a participar, sendo encarada como parceira, com possibilidade de escolhas relativamente aos *timings*, à organização do processo e ainda com uma possibilidade, ainda que reduzida, de escolha dos temas que atravessam a investigação em causa;
- O patamar da **parceria**, identifica um processo em que implicação da criança na investigação se faz desde logo no design da investigação, processo desenvolvido entre crianças e adultos, sendo a tomada de decisão relativamente a todos os outros aspectos que caracterizam o processo em causa definidos em conjunto;
- O patamar do **protagonismo**, identifica um processo dependente em exclusivo da

acção da criança, quer seja na definição dos objectivos e design da mesma, no *timing* e recursos, encarando-se o adulto como consultor disponível e presente.

Para além do mais, há ainda a considerar uma outra diversidade de aspectos que conferem identidade à investigação, relacionados nomeadamente com a natureza e questões levantadas pela investigação, o contexto onde a mesma decorre e com a diversidade que caracteriza o grupo social da infância, expressa em termos sociais, económicos, culturais, mas também etários e de género.

Da complexidade de indicadores, aqui identificada, que conferem identidade a cada processo de investigação com crianças, resulta a indispensabilidade de considerar na investigação participativa com crianças uma grande diversidade de ferramentas metodológicas. Consideramos assim, que estas, deverão ser passíveis de serem utilizadas em qualquer contexto de investigação e que deverão ser utilizadas de uma forma associada, de forma a rentabilizar as diferentes competências das crianças, para que a construção de conhecimento acerca da infância seja um conhecimento válido e sustentado cientificamente.

Apresentamos agora algumas possibilidades de construção de ferramentas de recolha de dados, na investigação participativa com crianças.

5. Ferramentas metodológicas que apelam à oralidade

Neste conjunto podemos incluir desde as tradicionais entrevistas individuais, aos pequenos grupos de discussão ou aos debates em grande grupo, considerando sempre que o factor de distinção relativamente às formas tradicionais de investigação será a implicação da criança na definição do seu formato, a sua orientação ou ainda a sua duração. Consideramos que a opção por entrevistas que recriem ambientes abertos de discussão, propiciam contextos de discussão mais facilitados entre adultos e crianças. Este conjunto de ferramentas permite rentabilizar as competências de crianças que não dominem por exemplo o registo escrito ou que não estejam à vontade relativamente a outras possibilidades de construção de informação.

6. Ferramentas metodológicas que apelam à criatividade em termos de registo escrito ou gráfico

Neste conjunto de estratégias podemos incluir diários, ensaios ou registos do quotidiano, onde as crianças que já dominam o registo escrito podem assinalar todos aqueles aspectos que com elas foram definidos relativamente à agenda da investigação. O registo gráfico, apresenta-se como uma possibilidade de participação na construção do conhecimento, para aquelas crianças que não dominam ainda o registo escrito

7. Ferramentas metodológicas que apelam à utilização de recursos multimédia

A utilização de registos escritos da criança, que poderão assumir o formato de ensaios, de diários ou ainda de observações que a criança faz relativamente ao seu quotidiano, ou a aspectos específicos, previamente definidos com o investigador, são uma outra ferramenta metodológica, possível de utilização com crianças que dominem já o registo escrito.

A utilização da fotografia e do vídeo, são na investigação participativa, formas alternativas ao registo escrito, o qual, por si só, promove a exclusão de muitas crianças como informantes e investigadoras válidas. Encarar as crianças como competentes para o manuseamento de equipamentos de registo em vídeo e em fotografia, é uma atitude indispensável, para lhes permitir aceder a ferramentas metodológicas inovadoras, que lhes permitem documentar e tornar visíveis as suas representações acerca do mundo que as rodeia, que lhes permitem, em suma, tornarem-se parceiras no processo da investigação em curso, com margens de autonomia e criatividade que serão negociadas entre elas e o adulto parceiro do processo.

A utilização de técnicas visuais individuais ou em grupo, é uma outra possibilidade, muito comum na investigação participativa em geral, e que na caso da investigação com crianças, permite outros formatos de caracterização dos seus contextos de vida. A utilização da cartografia aplicada à infância, por exemplo, permite a recolha de informação acerca das representações sociais que a criança possui relativamente à sua posição na comunidade.

8. Ferramentas metodológicas que apelam à expressão dramática

A utilização de técnicas dramáticas, de *role-play* ou ainda a observação de situações de faz-de-conta, permitem recuperar representações que por vezes podem ficar, ocultas ao olhar adulto-centrado do investigador. Com os cuidados éticos indispensáveis, a observação de situações de faz-de-conta, bem como a realização de pequenas dramatizações à volta de um determinado tema, propostas interessantes, extremamente comuns em crianças mais pequenas, permitem recriar as suas representações acerca dos mundos, dos sentimentos, das acções que os trespassam e que acabam por retratar com evidente particularidade a complexidade de emoções e vivências, que seria impossível resgatar com métodos tradicionais.

9. A utilização de técnicas visuais individuais ou em grupo

A utilização de técnicas visuais individuais ou em grupo, é uma outra possibilidade, muito comum na investigação participativa em geral, e que na caso da investigação com crianças, permite outros formatos de caracterização dos seus contextos de vida. A utilização da cartografia aplicada à infância, por exemplo, permite a recolha de informação acerca das

representações sociais que a criança possui relativamente à sua posição na comunidade.

A investigação participativa com crianças é, na nossa opinião, um mecanismo importante para a construção de espaços de cidadania da infância, concordando com Sarmiento (2004: 30) quando refere que “...*Estas reconfigurações fazem das crianças construtoras activas do seu próprio lugar na sociedade contemporânea, esse ponto no mapa, afinal, que é também a mesma encruzilhada em que todos nós nos situamos; lugar que com elas partilhamos, ainda que com responsabilidades (e culpas...) distintas: cidadãos implicados na construção da (so)ci(e)dade.*” Será através da consideração de dinâmicas, como aquelas que fomos caracterizando ao longo desta reflexão, acerca da importância da participação das crianças ou ainda acerca da indispensabilidade de as considerar actores e co-construtores de conhecimento acerca dos seus mundos sociais e culturais, que se poderá começar a esbater a exclusão social da infância, sendo a participação infantil, sem dúvida, um factor decisivo e poderoso para combater a exclusão dos cidadãos-crianças nos processos de negociação e tomada de decisão acerca dos seus quotidianos.

Notas

¹ No último relatório da UNICEF, “*The State of the World’s children 2003*”, é referido que actualmente há 150 milhões de crianças que sofrem de má nutrição, 120 milhões de crianças em idade escolar que estão fora da escola, 6000 crianças ficam diariamente afectadas com o vírus da SIDA e os números difíceis de alcançar das crianças que sofrem os efeitos da guerra, que participam nas guerras, que fazem trabalhos sub-humanos.

² Na identificação das acções prioritárias futuras relativamente à participação infantil são identificados no Relatório sobre A Cimeira Mundial da Infância de 2002, os seguintes aspectos:

1. Assegurar que todas as crianças sejam registadas ao nascimento, e que outras medidas que sejam consideradas necessárias sejam tomadas no sentido de proteger o direito à identidade de todas as crianças;
2. Desenvolver estratégias e mecanismos para assegurar que as crianças participem nas decisões que afectem as suas vidas na família, na escola, na comunidade e assegurar que sejam ouvidas em procedimentos legais e administrativos que lhes digam respeito;
3. Promover a consciencialização acerca dos direitos da criança entre adultos e crianças, e mudanças nas atitudes e valores que influenciam o reconhecimento e respeito pelos direitos da criança, especialmente na prevenção de todas as formas de violência contra as crianças.

³ Decorreram até ao momento duas Cimeiras Mundiais sobre a Infância: uma em 1990, outra em 2002.

⁴ A ideia subjacente ao cosmopolitismo infantil, que decorre da conceptualização inicial proposta por Boaventura Sousa Santos (2001), acerca da sistematização relativa aos modos de produção da globalização, é que a luta dos direitos das crianças tem que ser hoje também uma luta global, na qual as crianças são consideradas como parceiras para repensar as estratégias no sentido de proteger e promover os seus direitos.

⁵ A designação tokenismo pretende caracterizar um tipo de participação simbólica, em que as crianças sendo escolhidas criteriosamente, devido às competências que evidenciam, representam as ideias adultas acerca de um qualquer aspecto do quotidiano das crianças.

⁶ Cf. James e Prout, 1997; Alderson, 2000; Sarmiento, 2000; Ferreira, 2002; Mayall, 2002.

⁷ O conceito de consentimento nada tem a ver com permissão. De acordo com Morrow (1996) consentimento é um processo através do qual alguém (normalmente o adulto partindo da presunção que as crianças não são competentes para dar consentimento informado) voluntariamente concorda em participar num projecto de investigação, baseado na análise de informação pertinente; permissão tem a ver com um processo paralelo, no qual o pai ou tutor permite que a criança participe no projecto de investigação e a criança concorda em ser sujeito da investigação.

Referências

- Alderson, P. (1995). **Listening to children: children, ethics, and social research**. Essex: Barnardos.
- Alderson, P. (2000). Children as researchers: the effects of participation rights on research methodology. **Research with children: perspectives and practices**. A. James. Pia Christensen. London, Falmer Press: 241-257.
- Alderson, P., Morrow, V. (2004). **Ethics, social research and consulting with children and young people**. Essex, Barnardo's.
- Ambert, A. (1986). The place of children in North American Sociology. P. Adler e P. Adler (ed.), **Sociological Studies of Child Development**. Greenwich, Conn: Jai Press.
- Boyden, J., Ennew, Judith (1997). **Children in focus: a manual for participatory research with children**. Stockholm, Radda Barnen.
- Butler, I., Williamson, Howard (1998). **Children speak - children, trauma and social work**. Essex, Longman.
- Chambers, R (1994). **Participatory rural appraisal: challenges, potentials and paradigms**. Brighton: Institute of Development Studies.
- Christensen, P., James, A. (2000). **Research with children: perspectives and practices**. London: Falmer Press
- Christensen, Pia; Alan Prout (2002), Working with ethical symmetry in social research with children. **Childhood**, 9 (4): 477-497.
- Crowley, P. (1998), **Participación infantil: para una definición del marco conceptual. La participación de niños y adolescentes en el contexto de la Convención sobre los derechos del niño: visiones y perspectivas**, Bogotá, UNICEF.
- Ferreira, M. (2002), **"A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos!" – As crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no quotidiano de um jardim de infância**. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação. Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Flekkoy, M. G., Kaufman, Natalie Henever (1997), **The participation rights of the child: rights and responsibilities in family and society**. London, Jessica Kingsley Publishers.
- Graue, M: Elizabeth, Walsh, Daniel J. (1998), **Studying children in context: theories, methods and ethics**. London: Sage Publications.
- Hart, R. (1992), The meaning of children's participation. **EDev News - Education for development Bulletin. Geneva, UNICEF**.
- Heron, J. (1996), **Co-operative inquiry: research into human condition**. London, Sage.
- James, A., Prout, A. (ed.) (1990), **Constructing and reconstructing childhood – contemporary issues in the sociological study of childhood**. Hampshire: The Falmer Press
- Jenks, C. (1992), **The sociology of childhood - essential readings**. Hampshire: Gregg revivals (1ª publicação 1982, Batsford academic and Ed.)
- Johnson, V., Ivan.Smith, Edda, Gordon, Gill, Pridmore, Pat, Scott, Patta (1998), **Stepping forward: children's and young people's participation in the development process**. London, Intermediate Technology Publications.
- Lansdown, G. (1994), Children's rights. B. Mayall, **Children's childhoods: observed and experienced**. London, Falmer Press: 33-45.
- Lansdown, G. (2001), **Promoting children's participation in democratic decision-making**. Florence,

- Innocenti Research Centre.
- Mauthner, M. (1997), Methodological aspects of collecting data from children: lessons from three research projects. **Children&Society**, nº11: 16-28.
- Milne, B. (1996), Children's rights and the changing face of work in the field. **PLA Notes**: 41.
- Morrow, V, Richards, M. (1996), The ethics of social research with children: an overview. **Children & Society**, nº10 (2): 90-105.
- Prout, A. (2000), Children's participation: control and self-realisation in British Late Modernity. **Children&Society**, 14: 304-315.
- Qvortrup, J. (1991). **Childhood as a social phenomenon – an introduction to a series of national reports**. Vienna: European Centre for social Welfare Policy and Research.
- Qvortrup, J. (1995), Childhood in Europe: a new field of social research. In L. Chisholmet al. (Ed.) **Growing up In Europe – contemporary horizons In childhood and youth studies**. Berlin:Walter de Gruyter.
- Santos, B. S. (org.) (2001), *Os processos de globalização. in Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 33-106.
- Sarmento, M.J. (2000), Sociologia da Infância: correntes, problemáticas e controvérsias. **Sociedade e Cultura. Cadernos do Noroeste. Série Sociologia**. 13 (2): 145-164.
- Sarmento, M.J. (2004), As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. Manuel Sarmento, Ana Beatriz Cerisara (ed.), **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa Editores: 9-34.
- Shier, H. (2001), Pathways to participation: openings, opportunities and obligations: a new model for enhancing children's participation in decision-making, in line with article 12.1 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. **Children&Society**, 15(2): 107-117.
- Smith, A. B. (2002), Interpreting and supporting participation rights: contributions from sociocultural theory. **The International Journal of Children's Rights**, 10: 73-88.
- Soares, N.F. (2004), **Infância e direitos: as marcas da diversidade e da participação em quatro andamentos**. Em publicação.
- Thomas e O'Kane (1998), The ethics of participatory research with children. **Children&Society**, 12: 336-348.
- Tomás e Soares (2004), Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância...os intrincados trilhos da acção, da participação e do protagonismo social e político das crianças. Manuel Sarmento, Ana Beatriz Cerisara (ed.), **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa Editores: 135-162.
- Verhellen, E. (1997). **El papel de la Convención de los derechos de los niños y niñas en la nueva Europa - perspectivas Europeas. La protección de los niños y niñas y de sus familias: el papel de las ONG en la Union Europea.**, Madrid.

Correspondência

Natália Fernandes Soares, Doutoranda na área de Sociologia da Infância no Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
E-mail: natfs@iec.uminho.pt

Texto publicado em [Currículo sem Fronteiras](#) com autorização da autora.
